



EDUCAÇÃO BILÍNGUE: LÍNGUA ADICIONAL E SUA RELEVÂNCIA PARA AS REGIÕES DE FRONTEIRAS

Allef Alexander Araújo e SILVA

Orientadora: Suzana Ceccato CASAGRANDE

RESUMO

Este artigo procura destacar a real importância da língua adicional nas regiões próximas a fronteiras, justificado pelo alto fluxo de imigrantes que vêm ao país em busca de oportunidades, melhores condições de vida e trabalho. Por outro lado, há a preocupação do governo brasileiro em ampliar as possibilidades de parceria, observando que recentemente o Brasil tem feito colaborações com outros países com o intuito de aumentar a cooperação acadêmica e educacional, como o programa Ibero-americano de Difusão da Língua Portuguesa, potencializando seu uso, juntamente com a espanhola, que são idiomas que estão entre os 5 mais falados no mundo e que tendem a crescer em um ritmo mais célere com essas colaborações.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino/aprendizagem; língua adicional; nativos; imigrantes.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal refletir sobre o ensino de língua adicional como ferramenta potencializadora de desenvolvimento para nativos e de acolhimento para imigrantes, com foco especial nas regiões próximas a fronteiras, destacando a relevância do papel do governo brasileiro neste cenário, bem como a responsabilidade da escola nesse ensino/aprendizagem, respaldando-se nos princípios da teoria sociocultural (Vigotsky, 1978) e do Comunicativismo (Almeida Filho, 1993, 2005), configurando-se como pesquisa bibliográfica, pois, além desses teóricos, será utilizado outros materiais disponíveis na internet, tais como: artigos científicos, capítulos de livros, entre outros. De acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos de Língua Portuguesa e Espanhola, ambas as línguas estão entre as 5 mais faladas no mundo e têm enorme potencial de expansão, o que fortalece ainda mais a língua portuguesa e as alianças estratégicas em todos os âmbitos a nível regional, continental e global. O estudo possui relação com o alto fluxo de imigrantes para as regiões de fronteira do território brasileiro, este cenário fica evidenciado ao analisar os últimos números apresentados pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados). De acordo com os dados coletados nos últimos levantamentos realizados, houve um expressivo aumento de pessoas que buscam pelo Brasil à procura de melhores condições de vida e de trabalho. Em outras perspectivas, o ensino



de língua adicional incorpora questões voltadas à diversidade cultural, amplificação de movimentos sociais, superação da discriminação e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

2 MULTILINGUÍSMO E SUA RELEVÂNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Com as transformações que a globalização trouxe para os dias atuais, houveram inúmeras mudanças na maneira como as pessoas se comunicam, as novas ferramentas tecnológicas ampliam as possibilidades de interação a curta e longa distância, trazendo comodidade para quem deseja dialogar com pessoas de diferentes nacionalidades e conhecer outras línguas e culturas, diante deste cenário, estamos enfrentando um momento de transição que irá mudar a forma como a humanidade olha para as diferentes comunidades e descobrir o verdadeiro impacto que ela tem para a organização da vida em uma sociedade moderna.

Segundo o artigo “Razones y beneficios de aprender un idioma”, por (Antonella Grandinetti) Num mundo global, a vida social inclui a vida intercultural. É mais fácil compreender a cultura com o conhecimento da língua porque a língua é parte integrante da cultura e é a forma como podemos vivenciá-la plenamente. A capacidade ou faculdade para adquirir uma língua precisa ser ativada, suprida com dados da língua, e, para a competência gramatical emergir, o aluno precisa engajar-se em interação, rica em exemplos de como uma língua funciona socialmente, tentando compreender os sentidos, compartilhando significados e fazendo-se entender (Prabhu, 1989).

A eficácia plena de aprender um novo idioma vai muito além do contexto gramatical em que está inserido, é preciso entender diversos aspectos que envolvem a língua em si, principalmente a partir da interação com outros indivíduos, resgatando os valores mais importantes de uma determinada cultura, caracterizando a identidade de um grupo e seu processo histórico.

No Brasil são faladas aproximadamente 250 línguas entre povos indígenas, crioulos, de imigração, de sinais e afro-brasileiras, além do Português e suas variações, o IPHAN (instituto do patrimônio histórico e artístico nacional) através do Decreto 7.387 de 9 de Dezembro de 2010, elaborou a política de diversidade linguística, que atua por meio de dois instrumentos, O inventário nacional de diversidade linguística e o guia de pesquisa e documentação para o INDL (inventário nacional da diversidade linguística), respectivamente os instrumentos citados tem



como finalidades, produzir conhecimentos sobre as línguas e reconhecê-las como patrimônio cultural, os objetivos de reconhecimento da língua como patrimônio cultural são os de promover e valorizar a diversidade linguística brasileira, fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil e contribuir para a garantia de direitos linguísticos.

2.1 A teoria sociocultural de vigotsky e importância para as línguas

Em sua obra sobre o desenvolvimento e aprendizagem, Vigotsky destaca a relevância do social no amadurecimento da psique, ao fazer a distinção das duas bases primordiais, a primeira, tem ligação com os meios essenciais e a sua origem é biológica, enquanto em outra perspectiva há a atuação dos fenômenos mentais mais complexos do indivíduo com a influência sociocultural, para que se compreenda como ocorre o avanço mais significativo, antes é necessário analisar a seus pressupostos iniciais, que manifestam-se na infância, transformando-a na fase primordial do progresso educacional.

“Embora a inteligência prática e o uso de signos possam operar independentemente em crianças pequenas, a unidade dialética desses sistemas no adulto humano constitui a verdadeira essência do comportamento humano complexo. Nossa análise atribui à atividade simbólica uma função “organizadora” específica que invade o processo do uso do instrumento produz formas fundamentalmente novas de comportamento.” (Vigotsky, 1988, p. 26-27)

Do ponto de vista vigotskyano, o papel mais profundo do pensamento tem uma forte conexão com o convívio social, e o seu maior aliado é a linguagem, que tem o poder de transformar o indivíduo a partir da interiorização do diálogo exterior, este, encarrega-se de atuar no campo do pensamento, deste modo, o sujeito é formado pelos recursos que utiliza.

2.2 A abordagem comunicativa de Almeida Filho

Aliado ao pensamento vigotskyano a abordagem comunicativa (Almeida, Filho) trazida ao Brasil encorajou ao encontro de um novo paradigma na estruturação do ensino de uma línguas, uma vez que confrontava diretamente o modo como as aulas eram ministradas aquela



época, de tal maneira que foi severamente criticado nos Estados Unidos e também na Europa pelo uso do modelo de audiolingualismo, a promessa trazida por essa nova visão seria de ter o significado e conceitos como núcleo para o delineamento das lições, levando em consideração as preferências e dificuldades dos estudante, retirando de cena a gramática no campo da aprendizagem. A abordagem comunicativa centraliza a formação de professores e os processos de ensino e aprendizagem de línguas, neste sentido ele afirma que os professores precisam buscar sua autonomia, através da própria experiência que possuem, esta, servirá como base para a sua abordagem de ensino, ultrapassando a ideia de aplicar apenas um “método superficial” e esperar que o resultado seja satisfatório, a abordagem traz uma imersão mais ampla dos conceitos fundamentais de aprender e ensinar uma nova língua, esta abordagem é capaz de impactar diretamente em três esferas da concretização do ensino, sendo a primeira delas o objetivo que se busca alcançar nas aulas, sendo crucial um planejamento adequado e alinhado com a sua finalidade com a utilização de materiais didáticos já produzidos ou criados, o controle dos resultados é obtido mediante a realização de avaliações. Ao falar em abordagem é necessário também dispor sobre os elementos intrínsecos à sua construção, pois é por meio dessas habilidades que o profissional irá executá-la.

Abordagem como filosofia de ensino e como paradigma de pesquisa: As competências previstas são as seguintes: competência implícita (que se desenvolve em nós a partir das experiências de aprender língua(s) que vivemos), competência teórica (corpo de conhecimentos que podemos enunciar), competência aplicada (o ensino que podemos realizar orientado e explicado pela experiência teórica que temos), competência linguístico-comunicativa (a língua que se sabe e se pode usar) e a competência profissional (nosso reconhecimento do valor de ser professor de língua, nossa responsabilidade pelo avanço profissional próprio e dos outros através da reflexão e das ações correspondentes) (a cultura de aprender, Almeida Filho, 1993, 1997, 1999).

Partindo dessa premissa o paradigma trazido pela abordagem comunicativa impactou diretamente a forma como os profissionais manejam as suas aulas, possibilitando uma análise científica acerca do conhecimento, material, método e técnica utilizada para ensinar ou aprender línguas, o que pode ser considerado de suma importância para constatar sua eficácia através dos resultados obtido mediante avaliações realizadas periodicamente. Este paradigma se opõe ao arcabouço cartesiano de Descartes e chama-se Arcabouço Hegeliano, ambos os modelos possuem características próprias que os distinguem, sendo necessário avaliar as principais diferenças entre cada um deles.



Para que possamos compreender ainda mais os verdadeiros avanços no estudo da cientificidade do ensino e aprendizagem, a seguir será demonstrado em um quadro comparativo as principais diferenças entre ambos.

Arcabouço cartesiano (Descartes, 1516-1650)	Arcabouço hegeliano (Hegel, 1770-1831)
● natureza da mente é individual ● a mente é estática e passiva na aquisição do conhecimento ● conhecimento é adquirido através de logarítimos ● o critério do conhecimento é externo ● busca do que é certo (universais invariáveis) ● ahistórico	● natureza da mente é social ● mente é dinâmica e ativa na aquisição do conhecimento ● conhecimento é adquirido num círculo que retorna sempre a si mesmo ● o critério do conhecimento é interno ● natureza dialética do ser (só por contradição as coisas mudam) ● histórico

3 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE LÍNGUA ADICIONAL NO BRASIL

Para que possamos compreender o trajeto brasileiro quando se trata do processo de incentivo à aprendizagem de outros idiomas é necessário observar os feitos nas instituições de ensino (públicas, particulares, regulares ou institutos de línguas) pondo em foco as principais diferenças sobre o que se pratica e o que se almeja alcançar ao longo dos anos, considerando o impacto das políticas educacionais nesse trajeto de constante instabilidade no Brasil.

Dentre os momentos históricos no ensino de línguas, enfatizamos os ciclos mais importantes, marcados por constantes progressos e regressos, a reforma de Francisco Campos em 1931, a reforma de Capanema em 1942, a publicação da primeira lei de diretrizes e bases da educação em 1961.

3.1 O Estado Novo 1931

Francisco Campos fez a primeira reforma educacional de caráter Nacional, tal reforma foi marcada pela articulação junto ao ideário do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sobre a ditadura conhecida como estado novo, as principais medidas datam de abril de 1931, um decreto onde foi afirmado que seria preferível o sistema universitário ao das escolas superiores isoladas e que estabelecia como exigência para



a fundação das universidades a existência de 3 unidades de ensino superior, as faculdades de direito, medicina e engenharia, ou em lugar de uma delas a faculdade de educação física, ciências e letras. Dentre outras medidas importantes neste período pode-se destacar a reforma do ensino secundário, estabelecendo o currículo seriado, a frequência obrigatória e a divisão do ensino em dois ciclos, o fundamental com duração 5 anos e o outro complementar com dois anos, também a exigência de habilitação neles para ingresso no ensino superior, a equiparação de todos os colégios secundário oficiais do Colégio Pedro II, mediante inspeção federal, e deu a mesma oportunidade as escolas particulares, para que se organizassem.

De maneira resumida, o principal impacto no ensino de língua adicional durante este período foi a instituição do método direto pelo decreto n. 20.833 de 21 de dezembro de 1931.

Art. 1º – O ensino das línguas vivas estrangeiras (francês, inglês e alemão), no Colégio Pedro II e estabelecimentos de ensino secundário a que este serve de padrão terá caráter eminentemente prático e será ministrado na própria língua que se deseja ensinar, adotando-se o método direto desde a primeira aula. Assim compreendido, tem por fim dotar os jovens brasileiros de três instrumentos práticos e eficientes, destinados não somente a estender o campo da sua cultura literária e de seus conhecimentos científicos, como também a colocá-los em situação de usar para fins utilitários, da expressão falada e escrita dessas línguas.

Parágrafo único – O ensino direto fica, nos primeiros anos, a cargo de professores denominados Auxiliares, e, no último, de um professor denominado Dirigente, para cada língua em cada uma das casas do Colégio, ao qual incumbirá também a função de orientar e fiscalizar o trabalho dos Auxiliares (Brasil, 1931).

As principais críticas apontam a instituição do método como negativa e positiva, respectivamente, de acordo com (Chagas, 1957), havia escassez de professores com aptidão para aplicar o método e a carga horária para o ensino de língua adicional não seria o suficiente, inviabilizando a concretização do objetivo principal, de aprender uma língua adicional. Já de acordo com o Docente (Carneiro, Leão) que foi um grande defensor da metodologia, a sua introdução no Colégio Pedro II apresentou resultados muito positivos.

Em um primeiro momento observa-se que houve um considerável fator que mudou o cenário do ensino de línguas vivas, o método direto como alternativa para um aprendizado pautado não somente na gramática e leitura guiada, mostrando ser uma abordagem capaz de promover uma interação direta entre o professor/aluno e a língua adicional, proporcionando a formulação elementar do pensamento em um idioma adicional, sendo estes elementos



necessários para o desenvolvimento dos construtos superiores do conhecimento que defendia (Vigotsky, 1988) em sua teoria sobre o desenvolvimento e aprendizagem e a relevância do social. A instituição do método mostrou-se para alguns muito eficaz, sua principal característica é o apagamento total da língua de origem, que sob hipótese alguma poderá ser usada pelo professor na sala de aula, induzindo o aluno a pensar na língua aditiva, porém a principal problemática da abordagem estaria em torno da insuficiência de profissionais.

3.2 A Reforma de Capanema de 1942

Gustavo Capanema foi um dos grandes revolucionários da educação no Brasil, durante a sua atuação ele foi capaz de centralizar as questões da educação nacional, entre os seus maiores feitos destacam-se a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAN, 1936, a restauração do conselho nacional de educação, 1936, a criação do instituto nacional do livro didático e do instituto nacional de pedagogia, atual INEP, além da contribuição de maneira ativa para a elaboração de leis orgânicas do ensino, 1942 - 1946. Neste quesito, o ensino de línguas foi bastante privilegiado, sendo considerado a época de sua maior valorização com a inclusão de idiomas clássicos e modernos, como disciplinas obrigatórias o inglês, o francês e o latim, também o aumento da carga horária com relação à reforma de Francisco Campos, o método direto era utilizado e tinha objetivos práticos e construtivos, pode-se dizer que foi a época de maior prestígio no ensino de línguas. Seu sistema de ensino perdurou até 1961 com o surgimento da lei de diretrizes e bases da educação.

Ocorreram inúmeras contribuições de Gustavo Capanema no campo da educação, este momento também é visto como sendo um dos maiores para o ensino de línguas, pois além da permanência do método direto, houve um considerável aumento na carga horária do ensino de línguas, o que transparece o real interesse em aprimorar a cultura e ciência dos alunos do ensino básico, trazendo uma abordagem mais significativa sobre a sua importância para o desenvolvimento pessoal, social, econômico e cultural.

3.3 A LDB de 1961



A criação da primeira LDB foi um processo previsto pela constituição de 1934 mas o seu processo de criação durou longos 16 anos de espera e de exaustivos debates de cunho filosófico, dos quais destacam se dois grupos distintos, de um lado os popularmente chamados Estadistas, que defendiam a ideia de que o Estado viria em primeiro plano em relação ao indivíduo e objetivo da educação seria formar cidadãos para o bem da sociedade, partindo dessa premissa, acreditavam que apenas o Estado deveria educar, e as escolas particulares poderiam sim existir, mas deveriam ter a devida autorização estatal. Do outro lado, os Liberalistas, a maioria formada por partidos do centro e direita, sustentam que cada indivíduo possui direitos naturais, que antecedem o próprio Estado e independem da sua garantia ou negação, mas estes direitos deveriam ser respeitados, sendo da família o dever de educar, devendo escolher a opção que melhor se adequa a sua realidade.

Ao ser publicado, o texto da lei majoritariamente levou em consideração as ideias liberalistas em comparação com a dos Estadistas. Nota-se que a língua adicional não foi incluída no rol de disciplinas obrigatórias que compuseram a grade curricular do ensino fundamental e básico, ficando a cargo dos conselhos Estaduais avaliar a necessidade da sua inclusão no currículo escolar. Como podemos observar a seguir no texto da LDB de 1961 em relação ao ensino de línguas:

TÍTULO VII

Da Educação de Grau Médio

CAPÍTULO I

Do Ensino Médio

Art. 33. A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente.

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

(...)



Art. 40. Respeitadas as disposições desta lei, compete ao Conselho Federal de Educação, e aos conselhos estaduais de Educação, e aos conselhos estaduais de educação, respectivamente, dentro dos seus sistemas de ensino:

- a) organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias, fixadas para cada curso, dando especial relevo ao ensino de português;
 - b) permitir aos estabelecimentos de ensino escolher livremente até duas disciplinas optativas para integrarem o currículo de cada curso;
 - c) dar aos cursos que funcionarem à noite, a partir das 18 horas, estruturação própria, inclusive a fixação do número de dias de trabalho escolar efetivo, segundo as peculiaridades de cada curso.
- (...)

CAPÍTULO II

Do Ensino Secundário

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginasial serão ministradas nove disciplinas.

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo aspectos linguísticos, históricos e literários.

§ 2º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários.

O contexto para elaboração da primeira LDB se deu e meio a uma corrida para alavancar a economia do país, para que o Brasil pudesse competir com a indústria dos EUA que saiu vitoriosa após a segunda guerra mundial e isso despertou o interesse na aprendizagem da língua inglesa, que tomou o lugar da língua francesa que era predominante na época, nesse quesito a LDB de 1961 removeu a sua obrigatoriedade no ensino fundamental e médio, atribuindo aos Estados a escolha por sua inclusão nos últimos 4 anos do ensino fundamental. Nota-se que as políticas públicas para o ensino de línguas estrangeiras foi negligenciado pela própria lei responsável por regulamentar o seu ensino, quando o torna o ensino de língua adicional uma



escolha e não uma obrigação, demonstrando a ideia de que o Estado não valorizou o ensino de línguas e tão pouco tem interesse em mudar o cenário da educação bilingue, sua única prioridade naquele momento era formar mão de obra capacitada para concorrer economicamente com outras indústrias, após a promulgação da lei, houve uma demanda crescente pelo inglês em todo o mundo, associado principalmente a falta de oferta por parte do ensino público, inúmeras instituições privadas de ensino e cursos começaram a surgir para suprir esta necessidade de integrar cada vez mais os brasileiros a esta tendência viral, bem como possibilitar uma aproximação de culturas e saberes distintos.

4 POLÍTICAS BRASILEIRAS DE DIFUSÃO INTERNACIONAL DO PORTUGUÊS NA SOCIEDADE MODERNA E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA LINGUÍSTICA INTERNA

Na sociedade moderna, a visão sobre limites geográficos não são mais vistas como obstáculo que interfira no processo de socialização de povos de nacionalidades distintas. Conforme os dados da top ten languages internet stats (2020) o Brasil preenche a 5ª posição entre a maior quantidade de usuários da língua e concorrentemente está na mesma colocação em comparação a quantidade de usuários na internet, porém, por muito tempo não se preocupou com a ascensão da língua Portuguesa no âmbito externo e também deixou a desejar na formação de uma atmosfera linguística mais positiva internamente. Diante disso, nesse intervalo de tempo ocorreram mudanças significativas em relação as políticas de línguas, composta em maior parte pelo governo, mas também se mostra ativa por parte de outros coletivos urbanos.

Para compreender a necessidade de haver políticas linguísticas que fomentem a sua propagação é preciso esclarecer a sua finalidade e a sua diferença em relação à planificação linguística.

Ambas as concepções, conduziram-se a uma organização feita pelo linguista Einar Haugen (1966), que posteriormente foram combinados por Oliveira (2004), veja a seguir.

Políticas Linguísticas são um agrupamento de medidas que uma coletividade investida de poderio cria, como já foi citado anteriormente, a maioria delas incube ao Estado, mas nada impede que outros membros da sociedade também as regulem (associações profissionais, clubes cívicos, religiosos...).



Planificação linguística, são as orientações no sentido de remodelar a condição linguística. Neste sentido, “a elaboração de políticas linguísticas pode ser com relação a sua forma, uso ou defesa das línguas. Quando os agentes querem elaborar as medidas para a criação dessas políticas utilizam como instrumento principal a lei, através delas são fixadas as diretrizes linguísticas.” (Calvet, 2007)

Ocorre que existe um processo sistemático capaz de formular tais políticas, levando em conta os objetivos que buscam alcançar com a sua elaboração, e é preciso garantir a eficácia plena de que estes dispositivos funcionem, a lei serve como garantia de que as políticas saiam do papel e assumam um papel ativo.

A seguir serão analisadas as principais iniciativas dos agentes do setor público e privado na configuração de políticas e cooperações para a difusão da língua adicional.

4.1 Rede brasileira de ensino no Exterior

Atualmente o Ministério das relações Exteriores coloca a cargo do Instituto Guimarães Rosa (IGR) a articulação junto a outros órgãos competentes, a elaboração de regulamentação externa no setor das relações culturais, educacionais e de promoção da língua portuguesa no exterior, cujo objetivo é a internacionalização da economia criativa brasileira. Dentre outras atribuições do instituto cita-se a assistência nas negociações de cunho cultural e educacional, além de sua plena participação em demais reuniões e debates acerca de temas afins. Também viabiliza ações para brasileiros que moram no exterior, com cursos de Português como língua de herança para expatriados, fornece também cursos de língua portuguesa para estrangeiros e realizam o exame CELPE-Bras, cuja finalidade é verificar a proficiência no idioma Português do Brasil. Além de promover a cultura através de cursos, de dança, música, culinária e artes plásticas.

4.2 Programa Leitorado Guimarães Rosa

A sua criação data do ano de 1953, teve seu surgimento guiado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em colaboração com a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), o programa disponibiliza bolsas para os profissionais de



Letras que atuam como leitores em instituições de ensino superior estrangeiras, contribuindo para a amplificação internacional ao ensino brasileiro, promovendo o acesso de professores brasileiros a centros acadêmicos internacionais de excelência e cooperação entre instituições e docentes nacionais e estrangeiros. Há, atualmente, cerca de 40 leitores Guimarães Rosa, alocados em trinta países das Américas, da África, da Ásia e da Europa.

4.3 Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

Desde o seu surgimento em 1965, promove a estudantes estrangeiros a possibilidade de realizar seus estudos de graduação em instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Assumindo a tarefa de concretizar a internacionalização das instituições partícipes e difundindo as perspectivas brasileiras pelo mundo. Sua administração também é encargo do Ministério das Relações Exteriores, por meio da divisão de temáticas educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com instituições de Ensino Superior em todo o país. O programa é voltado para estudantes cujo países com o qual o Brasil mantém acordo educacional, cultura ou científico-tecnológico que não tenham nacionalidade brasileira nem genitores brasileiros, outro critério indispensável é a comprovação de proficiência de nível intermediário para os programas PEC-G e PEC-PG.

4.4 Certificado de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras)

Com o crescente número de intercambistas do Brasil com outros países e um reflexo no aumento da demanda por cursos Superiores e de Especialização, foi necessário se certificar que houvesse um certo nível na fluência no uso da Língua Portuguesa. Em 1933 foi formada uma comissão técnica com especialistas do campo da PLA, que elaboraram o certame.

não se pode deixar de reconhecer que esse objetivo foi impulsionado, em grande parte, pelo plano de integração MERCOSUL. (...) E havia também o reconhecimento do seu potencial (re)direcionador do ensino/aprendizagem de PLE/L2, uma vez que esse ensino ainda se pauta, em grande parte, em abordagens com foco na forma e não no uso da linguagem (Scaramucci, 2006, p. 271).



Para que haja um real aproveitamento dos cursos oferecidos, é pré-requisito fundamental o domínio do nível intermediário para o aproveitamento do curso, mediante avaliação técnica especializada como forma de garantia e igualdade aos critérios para a inserção nos programas, onde todos são submetidos aos mesmos exames.

4.5 Centro de Análise Estratégica (CPLP)

A sua elaboração data do ano de 2002, quando foi realizada a VI reunião ordinária do conselho de ministros da comunidade dos países de Língua Portuguesa, este instituto serve como um meio para o manuseio comum da Língua em questão, seus objetivos são manter um contato mais íntimo com os países e equipes técnicas para propagar a maior ampliação das políticas linguísticas, planificar e executar planos de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como um veículo de cultura, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização fora nacionais.

Através de métodos de pesquisas e estudos, buscam difundir os conhecimentos e contribuir para os objetivos da comunidade de países de Língua Portuguesa. (CPLP), tornando-se uma referência nesse domínio.

4.6 Universidade Federal Da Integração Latino Americana (UNILA)

Localizada em Foz do Iguaçu (Paraná), na fronteira tríplice com Brasil-Argentina-Paraguai, a universidade tem como política a educação bilingue através do uso do Português e espanhol com enfoque no desenvolvimento conjunto dos países latino-americanos através de parcerias e cooperação para o compartilhamento de conhecimentos, teve as suas atividades iniciadas em 2010, um ponto importante a ressaltar sobre a UNILA é a diversidade cultural existente nos ambientes da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as constantes mudanças devido as transformações da sociedade, fortemente aliados a fatores econômicos e tecnológicos, surgem muitas outras formas de enxergar a educação



bilingue como instrumento fundamental para o desenvolvimento e o avanço das sociedades, tendo em vista que a união de conhecimentos é um forte aliado para alcançar tais objetivos.

A comunicação, a linguagem e o discurso formam um tríptico indispensável para a contribuição desse processo, os interesses em comum trazem a tendência de um multilinguismo voltado para as questões de interesse em comum entre países distintos, a distância geográfica, como nas regiões fronteiras não são mais vistas como um obstáculo e sim como uma oportunidade de aproximação entre as diferentes culturas e línguas, ocorrendo assim, constantes reformas com o intuito de ocupar um lugar relevante nessa nova perspectiva de ensino, o governo e os atores sociais tem cada vez mais criado programas de incentivo, possibilitando transformar este objetivo em algo mais concreto, principalmente através das políticas linguísticas.

No Brasil com o aumento considerável de estrangeiros vindo ao país com interesse de aprender mais sobre a língua, cultura e costumes, bem como por busca de refúgio ou desenvolvimento pessoal e econômico, fica claramente evidenciado que se deve em grande parte por contas das diversas políticas e cooperações ocorridas nos últimos anos, o que deixa claro que o Brasil de hoje, enxerga o multilinguismo como uma potencializador social e econômico de desenvolvimento.

Por fim, foi consolidado um pensamento que admite a importância de uma educação bilíngue como forte aliada, deixando para o passado o pensamento de monolinguismo, empregado por muitas vezes na política educacional do ensino de línguas no Brasil, o movimento em busca dessas novas oportunidades é um reflexo sobre a constante negligência, principalmente pela falta de planejamento estratégico para o ensino de línguas, dessa forma, busca-se incluir não somente os brasileiros, mas também os estrangeiros a oportunidade de se desenvolver em todos os aspectos e contribuir cada vez mais na sociedade através dessas colaborações.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 20.833 de 21 de dezembro de 1931. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 24/12/1931, Página 20626. Disponível em: www.helb.org.br/index.php/revista-helb-ano-1-no-1-12007/98-historia-do-ensino-de-linguas-no-brasil-avancos-e-retrocessos. Acesso em: 13 out. 2023.



BRASIL. DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010. **Diário Oficial da União** – Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=Decreto%20n%207387&text=DECRETO%20n%207.387%2C%20DE%209,Linguística%20e%20dá%20outras%20providências. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Lei n.4024, de 20 de novembro de 1961. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Diário Oficial Da União**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2023.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. São Paulo: Pontes, 1998.

LEFFA, Vilson J. **O ensino das línguas estrangeiras no contexto nacional**. Revista Contexturas/ensino Crítico da Língua Inglesa. São Paulo: APLIESP, 1998.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski**: a relevância do social. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

PRABHU, N. S. **Second language pedagogy**. Oxford. Oxford University Press, 1987.